

“OS DONOS DE PORTUGAL” E OS SEUS LACAIOS

06-Dez-2010

OpiniÃ£o

Texto de Carlos Vieira e Castro

Na passada quinta-feira, foi a votos na Assembleia da RepÃblica o projecto-lei do PCP sobre a tributaÃ§Ã£o da antecipaÃ§Ã£o dos dividendos em 21, 5%, a taxa prevista no OrÃsamento de Estado para 2011, a que algumas grandes empresas, como a PT, a Portucel e a JerÃnimo Martins pretenderam fugir, antecipando para este ano a distribuiÃ§Ã£o das mais-valias mobiliÃrias resultantes de operaÃÃes bolsistas, que no caso da PT, com a venda da brasileira VIVO Ã espanhola TelefÃnica, lhe permitirÃÃ nÃo pagar cerca de 1.100 milÃes de euros de imposto. Face Ã intenÃÃo manifestada por alguns deputados do PS de votar a favor, o IÃder parlamentar, Francisco Assis, ameaÃsou demitir-se se nÃo fosse respeitada a disciplina de voto. Ainda assim, Defensor de Moura votou a favor, os independentes Miguel Vale de Almeida e JoÃo Galamba abstiveram-se e, dos que votaram a favor, 13 apresentaram declaraÃÃo de voto. Eis um extracto significativo da declaraÃÃo de voto de AntÃnio JosÃ Seguro: âœDesistir da tributaÃÃo de um imposto extraordinÃrio sobre osÃ dividendos antecipados Ã contribuir para aumentar as desigualdades sociais, num paÃs que, jÃ por si, apresenta um enorme fosso entre os mais ricos e os maisÃ pobres. O que ficou decidido nÃo corresponde Ã matriz do PSÃ.

Ã Ã As bancadas do PSD e do CDS votaram ao lado do governo, com dois deputados do PSD a apresentarem declaraÃÃes de voto, para acalmar consciÃncias.

Dado que a matriz da direita Ã estar ao lado dos mais ricos e poderosos, tambÃm nÃo me surpreendeu que PSD e CDS se tenham juntado ao PS de SÃcrates e Assis para chumbar o projecto-lei do Bloco de Esquerda sobre a tributaÃÃo, Ã taxa de 21,5%, das mais valias bolsistas aplicÃvel a entidades colectivas em sede de IRC e da eliminaÃÃo de benefÃcios fiscais dos Fundos de Investimento MobiliÃrio, das Sociedades Gestoras de ParticipaÃÃes Sociais e das sociedades e investidores de Capital de Risco, assim como das entidades e pessoas singulares nÃo-residentes. A proposta do Bloco, recuperando uma recomendaÃÃo da DirecÃÃo Geral de ContribuiÃÃes e Impostos de 1990, introduzia o conceito de âœdirecÃÃo efectiva em territÃrio portuguÃsâ, para prevenir que qualquer empresa financeira mudasse a sede para outro paÃs para fugir ao fisco, ainda que o essencial da sua actividade se desenvolvesse em Portugal.

JÃ vai sendo tempo de os eleitores e, em particular os do distrito de Viseu, fazerem contas Ã utilidade de eleger deputados como os que no Parlamento se comportam como lacaios do poder econÃmico.

A propÃsito, teve lugar na Livraria Bertrand, no PalÃcio de Gelo, em Viseu, no dia 27 de Novembro, a apresentaÃÃo do livro âœOs donos de Portugal â€ Cem anos de poder econÃmico (1910-2010)â, escrito por Jorge Costa, LuÃs Fazenda, CecÃlia HonÃrio, Francisco LouÃs e Fernando Rosas. Foi este Ãltimo, professor catedrÃtico e estudioso da HistÃria de Portugal no sÃculo XX, que no mÃs passado se fez substituir por Jorge Costa, no grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, para se dedicar em exclusivo Ã vida acadÃmica,Ã que veio fazer a apresentaÃÃo do livro. O poder polÃtico, diz o historiador, tem sido dominado, nos Ãltimos cem anos, por grandes grupos econÃmico-financeiros, propriedade de famÃlias que se cruzam pelo matrimÃnio ou por cruzamentos de capital, e esta interpenetraÃÃo das famÃlias faz com que, na prÃtica, o poder econÃmico esteja nas mÃos de um mesmo clÃ. As famÃliasÃ Mello, Ulrich, EspÃrito

Santo, Roquette, Pinto Basto, Champalimaud, Burnay, Van Zeller, e outros, foram casando-se entre elas e, acumulando capital e riquezas e beneficiando da protecção e das rendas do Estado, chegaram ao domínio de um terço do produto do país, aumentando as desigualdades entre ricos e pobres até ao escândalo actual.

Esta grande família, ou clã, que domina o poder político e assegura a sacrossanta estabilidade, isto é, a desigualdade social, com o neo-rotativismo entre PS e PSD, com o CDS aliando-se ora a um, ora a outro, na babugem do poder.

Para aumentar a ilusão de democracia e assegurar a fidelidade canina dos partidos do arco do poder, a família permite a ascensão social dos boys e girls que dão boas provas nas jotas e respectivos partidos; esses terão o direito ao seu torrão de açúcar e poderão chegar a administrar as empresas do clã.

Significativo o facto, revelado no livro, de 1 em cada 5 dos ministros e dos secretários de Estado que tomaram todas as decisões sobre economia em 30 anos, ter passado pelo BCP e 1 em cada 10 pelo BES.

O livro "Os donos de Portugal" será uma boa prenda de Natal para quem tenha interesse em compreender o que torna esta crise, europeia e global, tão peculiar no nosso país, onde 12% da população activa, ou seja, mais de 500 mil trabalhadores estão em risco de pobreza; um quarto dos menores de 18 anos já está mesmo em situação de pobreza; e se o total dos pobres não ultrapassa os 20% da população é porque cerca de metade dos 600 mil desempregados ainda recebe subsídio de desemprego, o Rendimento Social de Inserção e outras transferências sociais do Estado, que, não sendo "airbags" seguros e suficientes, servem de lenitivo para a fome e a miséria crescentes.

É tempo de exigirmos mais justiça social e fiscal para que não sejam só os pobres a pagar a crise.

Carlos Vieira e Castro